

## **A fugacidade das políticas, a inércia das práticas: a educação e as tecnologias da informação e da comunicação**

SANCHO GIL, Juana M; CANO, Cristina. A (org). **La fugacidad de las políticas, la inercia de las prácticas**: la educación y las tecnologías de la información y la comunicación. Barcelona: Octaedro, 2012. 171p.

Sheilla Brasileiro<sup>1</sup>

O livro em comento propõe-se a discutir e aprofundar a compreensão sobre as visões explicitadas nas políticas públicas educacionais e nas práticas pedagógicas referentes ao uso das tecnologias digitais nas escolas. Tem como finalidade descrever e analisar a integração dessas tecnologias na prática docente e sua capacidade de impulsionar a transformação, a inovação e a melhoria da qualidade da escola. O foco da discussão não se restringe aos professores, estudantes, gestores escolares e formuladores das políticas educacionais, nem às próprias tecnologias, mas sim à interação entre todos esses agentes. Situa o olhar em uma relação explícita ou implícita entre o que as políticas governamentais dizem que deve ser feito e o que, de fato, as escolas e seus professores estão em condições de fazer.

O livro é fruto de uma pesquisa coordenada pelas professoras Juana Sancho e Cristina Alonso, da Universidade de Barcelona, que são referências mundiais na área de tecnologias e educação.

A partir de uma breve revisão histórica dos diferentes programas de incorporação das tecnologias digitais na educação na Espanha, o livro recorre ao estudo de casos atuais, de quatro escolas catalãs, nas quais as autoras analisam as percepções e os usos didáticos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no nível individual e coletivo, envolvendo os gestores escolares, professores e alunos.

O primeiro capítulo apresenta o contexto da realização da pesquisa, que faz parte do projeto *REUNI+D, Políticas y prácticas en torno a las TIC en la enseñanza obligatoria: Implicaciones para la innovación y la mejora* (Ministerio

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Educação da PUC Minas. Pesquisadora da Capes.

*de Ciencia eInnovacion*, e as decisões metodológicas tomadas nas diferentes fases do estudo. Na primeira fase, o grupo de pesquisa realizou uma análise dos discursos presentes nos textos que refletem as políticas em torno da implementação das TIC nas escolas públicas da educação básica, impulsionadas pelo Departamento de Educação da Catalunha, Espanha, nos últimos 25 anos. Essa análise é apresentada no segundo capítulo, e oferece um panorama da evolução dessas políticas que refletem a inconsistência e fugacidade de algumas decisões, além de evidenciar a insuficiência das ferramentas e dos sistemas utilizados pelos governantes para colocar em prática essas políticas, de forma que contribuam para a aprendizagem dos estudantes.

Na segunda fase da investigação, foram realizados quatro estudos de caso, sendo dois em escolas do ensino fundamental e dois em escolas do ensino médio, que são consideradas referências no uso das tecnologias digitais nos processos de ensino-aprendizagem. O objetivo principal desses estudos foi descrever, analisar e interpretar a visão sobre a educação e o uso das tecnologias digitais na prática concreta das escolas, a partir da realização de entrevistas e da observação nas salas de aula, assim como analisar o potencial dessas tecnologias para promover mudanças significativas nos processos e resultados da aprendizagem dos estudantes.

As práticas relativas ao uso das TIC observadas se distinguem entre aquelas que reproduzem as antigas cartilhas no formato digital, e as demais, em que as TIC aparecem como possibilidades efetivas para as mudanças pedagógicas.

O livro destaca o desencontro, repetido em várias propostas e projetos de implantação das TIC nas escolas, entre o que a escola diz que realiza (uma mudança pedagógica), o que as ações promovem realmente (o uso das TIC como ferramenta pedagógica) e o que o professorado pretende, de fato, (fazer com que os alunos saibam usar o computador).

Os capítulos três, quatro, cinco e seis contêm um relato desses processos e relações em cada uma das escolas. Tais relatos contribuem para desvelar a complexa trama de elementos que configuram a ação educativa mediada pelas tecnologias digitais.

Esta parte empírica aborda os diferentes casos como: o trabalho de campo, as visões singulares situadas entre a aproximação do processo de ensino aprendizagem ao mundo atual e a identificação de vários matizes na aplicação contextualizada das TIC. É a partir dessa apresentação e análise dos estudos de caso que se apresentam as temáticas transversais relacionadas com a falta histórica de harmonização e continuidade entre as políticas e as práticas, o que tem ocasionado certo aprofundamento na instabilidade das relações entre as políticas públicas educacionais para o uso das tecnologias e as escolas da educação básica.

No último capítulo, destaca-se o conjunto de eixos que emergem dos casos e que se configuram como os principais avanços, ou retrocessos, para que a relação entre as ações políticas e as práticas das escolas signifique um impulso definitivo para a melhoria dos processos de aprendizagem. As autoras explicitam que as políticas públicas apontam para um discurso de ruptura com os modelos de escolas do século XVIII, mas as práticas de uso das tecnologias, na maioria delas, se centram na repetição, na memorização, enfim, em atividades que poderiam ser feitas sem o uso desses recursos e que não trazem, como esperado, inovações nas práticas pedagógicas. Não há um aproveitamento, principalmente no ensino médio, das potencialidades dessas tecnologias para a compreensão dos conteúdos estudados e a interrelação entre os mesmos.

Surge, então, a necessidade de rever a formação inicial e continuada de docentes nas condições do mundo atual, que é muito mais interativo. As autoras refletem sobre a visão dos professores em incluir as tecnologias digitais na escola. A maioria deles não percebe que pode criar um novo sistema, com novas necessidades pedagógicas (de comunicação, de construção do conhecimento, e de acesso aos múltiplos formatos de informação). Por outro lado, as vozes dos docentes entrevistados reclamam um maior apoio aos componentes didáticos metodológicos, que propiciem trocas de experiências entre os professores ou modifiquem aspectos organizativos que limitam a mudança pedagógica, como a fragmentação curricular das disciplinas e a própria organização física da sala de aula.

Embora o livro apresente o resultado de uma pesquisa realizada na Espanha, em muitos aspectos se assemelha aos resultados que temos no Brasil no que

se refere ao uso das tecnologias digitais na escola. Tivemos diversos projetos e programas com o intuito de incluir as Tecnologias da Informação e Comunicação na educação brasileira. Para situar alguns, começaremos com a criação da Secretaria Especial da Informática (SEI), em 1980; seguido do projeto Educação com Computadores (EDUCOM), em 1983; o Comitê Assessor de Informática na Educação (CAIE/ME), em 1986; a Criação do Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), em 1989; os cursos para formação de professores como os Centros de Informática Educativa (CIED) e o Formar; a criação do PROINFO na década de 1990; em 2001, o Projeto Telecomunidade, cujo objetivo era distribuir computadores para todas as escolas públicas do Brasil; e tantas outras políticas públicas educacionais nesse campo. Atualmente, 98% das escolas brasileiras possuem computador, sendo que 83% têm acesso à internet, entretanto, apenas 28% faz uso pedagógico desses recursos. As demais usam como recurso administrativo ou não utilizam os laboratórios de informática ou o serviço de internet móvel, que permite que o equipamento vá até as salas de aula, quando solicitado pelo professor.

Voltando ao livro, as autoras reivindicam outras políticas de integração do uso das TIC construídas com os atores principais – professores, estudantes, gestores educacionais – para evitar o que anuncia o título do livro: a fugacidade das políticas (uma reforma a cada quatro anos, aproximadamente, com as trocas de governos) e a inércia das práticas. É, precisamente, sobre essas inércias o ponto de análise em que se encerra a obra e que encontra várias explicações: o professor desautorizado; o que considera a forma como que trabalha a única via para a aprendizagem dos estudantes e que não sabe fazer de outro modo; o que demonstra acomodação ao não aprender a desaprender ou a reaprender. Essas explicações foram dadas por diferentes professores dos diferentes níveis de ensino.

Está evidenciado que as escolas e os elaboradores das políticas públicas educacionais não estão em consonância. O paradoxo existe entre os desejos e as realidades, por isso, em muitos momentos, os professores veem a política como algo que mais dificulta do que contribui para o cotidiano da sala de aula.

Assim, o livro apresenta algumas possibilidades e limitações dos usos

das tecnologias digitais no ensino fundamental e médio e, sobretudo, algumas evidências referentes a necessidades de se estabelecer uma maior sinergia entre as políticas públicas educacionais, os centros de formação de professores e as escolas da educação básica na Catalunha. De fato, afirmam os autores, nos últimos 25 anos, a sucessão de projetos e programas para implantação das TIC nas escolas tem acelerado e respondido mais a demandas políticas e econômicas de fora e de cima, do que os processos pedagógicos de dentro e de baixo, ou seja, das práticas escolares.

A proposta das autoras é que esse livro seja um convite a olharmos para um espelho reflexivo que propicie um diálogo crítico para contrastá-lo com as nossas próprias concepções e práticas. Ele se apresenta de interesse especial aos elaboradores de políticas públicas educacionais e aos formadores de professores que pretendem ter uma visão franca do que acontece, de fato, nas escolas. Oferece, ainda, um panorama real que ajuda a compreender os posicionamentos e necessidades dos estudantes em relação aos usos das tecnologias digitais em salas de aula.